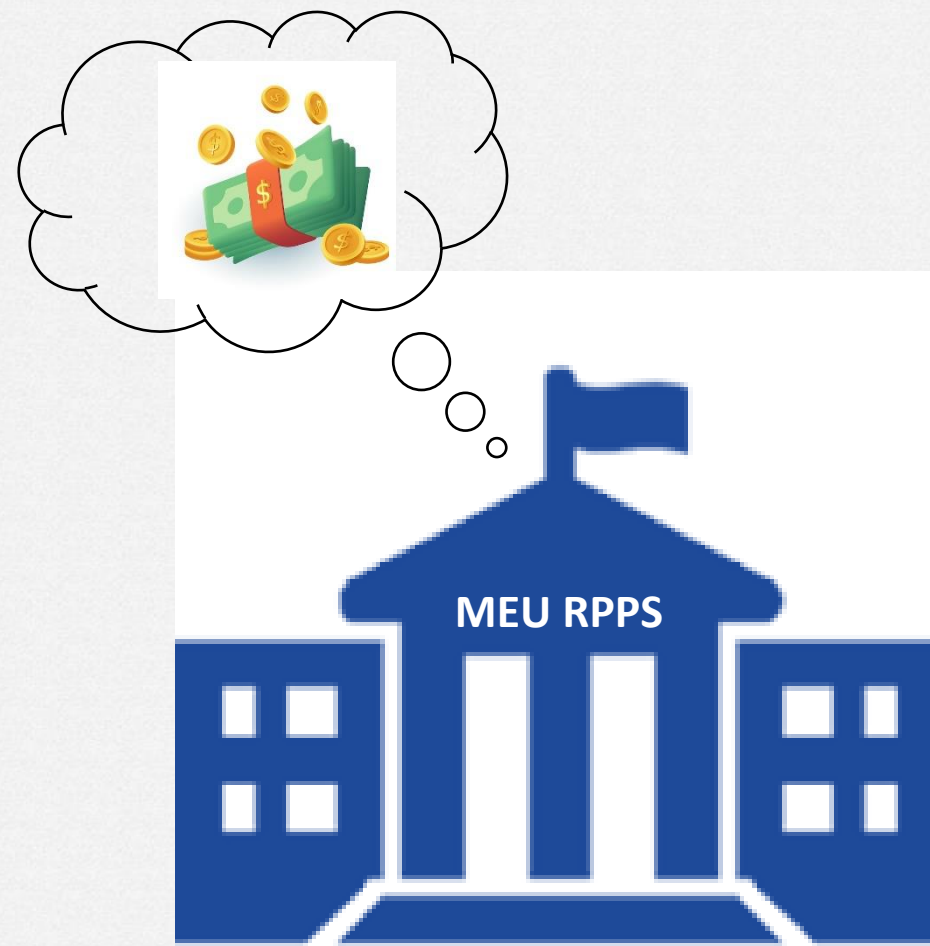




13º Congresso Estadual da ASSIMPASC
06 a 08 de Março de 2024 FLORIANÓPOLIS/SC

PRA QUE SERVE A CERTIFICAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO?



REGIME PREVIDENCIÁRIO

PILARES DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO			
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS	REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS	REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS	REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR – RPPC
Segurados	Trabalhadores do setor privado e servidores públicos não vinculados a RPPS	Servidores públicos	Todos os trabalhadores
Filiação	Compulsório	Compulsório	Facultativo
Natureza	Sistema público	Sistema público	Sistema privado
Gestão	INSS / Receita Federal do Brasil	Entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios)	Entidades privadas de previdência complementar (fechadas ou abertas)
Proteção	Benefícios limitados ao teto	Benefícios podem ou não ser limitados ao teto	Benefícios complementares
Fundamento constitucional	Artigo 201 da CF	Artigo 40 da CF	Artigo 202 da CF
Fundamento legal	Leis 8.212 e 8.213/1991	Lei 9.717/1998 e leis de cada ente	LC 108 e 109/2001

HISTÓRICO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960

Art. 1º A previdência social organizada na forma desta lei, tem por fim assegurar **aos seus beneficiários** os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de idade avançada, incapacidade, tempo de serviço, prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, bem como a prestação de serviços que visem à proteção de sua saúde e concorram para o seu bem-estar.

Art. 2º São beneficiários da previdência social:

I - na qualidade de "segurados", **todos os que exercem emprego ou atividade remunerada no território nacional**, salvo as exceções expressamente consignadas nesta Lei.

HISTÓRICO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960

Art. 3º São excluídos do regime desta lei:

I - os **servidores civis e militares da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios e do Distrito Federal**, bem como os das respectivas autarquias, **que estejam sujeitos a regimes próprios de previdência**, salvo se forem contribuintes da Previdência Social Urbana;

Parágrafo único. Os servidores de que trata o inciso I deste artigo, que tenham garantido apenas aposentadoria pelo Estado ou Município, **terão regime especial de contribuição**, fazendo jus, pela Previdência Social Urbana, exclusivamente aos benefícios estabelecidos na alínea " f ", do inciso I, nas alíneas " a ", " b ", e " c " do inciso II e no inciso III do artigo 22.

HISTÓRICO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Portaria MTP nº 1.467, de 2022:

Regime Próprio de Previdência Social - RPPS: o regime de previdência instituído no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios até 13 de novembro de 2019, data de publicação da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, que assegure, por lei, aos seus segurados, **os benefícios de aposentadorias e pensão por morte** previstos no art. 40 da Constituição Federal;

Considera-se instituído o RPPS a partir da entrada em vigor da lei que assegurou a concessão dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte, **independentemente da criação de unidade gestora ou do estabelecimento de alíquota de contribuição**, observadas as condições estabelecidas na própria lei de criação.

HISTÓRICO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Garantia em lei de **aposentadoria** e **pensão por morte**

- Lei de criação de Instituto, Fundo ou Autarquia;
- Estatuto dos Servidores;
- Lei do Regime Jurídico Único.

Não são condicionantes para caracterização do RPPS:

- A criação de uma unidade gestora;
- Ter alíquotas de contribuição para os benefícios;
- Ter efetivamente recolhido as contribuições para o RPPS;
- Ter recolhido as contribuições para o RGPS;
- Existência de parcelamento de débitos com o RGPS.

HISTÓRICO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

LEI COMPLEMENTAR N.º 08 DE 16 DE JULHO DE 1991

INSTITUI o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Diadema e dá outras providências.

DA APOSENTADORIA

ARTIGO 75- O funcionário será aposentado:

- I-compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade;
- II-a pedido, após 35 (trinta e cinco) anos de serviço para os homens e 30 (trinta) anos para as mulheres;
- III-por invalidez permanente.

PARÁGRAFO 1.º- O retardamento do ato declaratório da aposentadoria compulsória não impedirá que o funcionário deixe o exercício do cargo no dia imediato àquele em que completar a idade limite.

PARÁGRAFO 2.º- é assegurado ao funcionário afastar-se do exercício do cargo a partir da data do requerimento em que solicita a aposentadoria e sua não concessão importará em reposição do período de afastamento.

HISTÓRICO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

LEI Nº 11 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1993.

CAPÍTULO IX DA APOSENTADORIA

“Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Funcionários Públicos de Uirapuru - Goiás.”

Art. 124 - O funcionário será aposentado compulsoriamente, a pedido ou por invalidez, nos termos da Constituição da República.

Parágrafo 1º - A aposentadoria por invalidez será sempre precedida de licença por período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo quando o laudo médico concluir, anteriormente aquele prazo, pela incapacidade definitiva para o serviço público.

Parágrafo 2º - Será aposentado funcionário que, depois de 24 (vinte e quatro) meses de licença para tratamento de saúde, for considerado inválido para o serviço público.

Art. 117 - A assistência e previdência social aos funcionários municipais será prestada conforme preceitua a Consolidação das Leis e Previdência Social em seu Regime Especial (Lei nº 6.887 de 10/12/80 art. 1º), reservados os direitos da Administração Municipal em reter de seus vencimentos 4,8% mensais, a ser repassados ao INSS.

HISTÓRICO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

L E I Nº 1.840/91

DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO -
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNI-
CÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TÍTULO VII

Da seguridade social do servidor

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 192 - O Município manterá, mediante ' sistema contributivo, Plano de Seguridade Social para' o servidor submetido ao regime de que trata esta lei, e para seus dependentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - O plano de que trata este' artigo poderá, no todo ou em parte, ser satisfeito por instituição oficial de previdência, assistência à saúde' ou assistência social, para a qual contribuirão o Muni- cípio e o servidor.

HISTÓRICO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

ARTIGO 194 - Os benefícios do Plano de Seguridade Social compreendem:

- I - quanto ao servidor:
 - a) aposentadoria;
 - b) auxílio-natalidade;
 - c) salário-família;
 - d) licença para tratamento de saúde;
 - e) licença à gestante, à adotante e à paternidade;
 - f) licença por acidente em serviço;
- II - quanto ao dependente:
 - a) pensão por morte;
 - b) auxílio-funeral; e
 - c) auxílio-reclusão.

HISTÓRICO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Dos benefícios

SEÇÃO I

Da aposentadoria

ARTIGO 195 - O servidor será aposentado:

I - **por invalidez permanente**, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - **compulsoriamente**, aos setenta anos de idade com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - **voluntariamente**:

a) aos trinta e cinco anos de serviço se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos sessenta e cinco anos de idade se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

HISTÓRICO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

SEÇÃO VII

Da pensão por morte

* ARTIGO 219 -A pensão por morte será devida mensalmente ao conjunto de dependentes do servidor falecido, aposentado ou não, a contar do óbito, observada a precedência estabelecida no art. 221.

* PARÁGRAFO ÚNICO - O valor mensal e integral da pensão a que tem direito o conjunto de beneficiário será igual a oitenta por cento do total da remuneração computável para o provento de aposentadoria do servidor ou, se aposentado, do valor do próprio provento.

HISTÓRICO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

CAPITULO IV

Do custeio

ARTIGO 231 - O plano de Seguridade Social será custeado com o produto de arrecadação de contribuições sociais:

- I - dos servidores municipais, inclusive ocupantes de cargos e funções de confiança;
- II - do Município, inclusive câmara Municipal, autarquias e fundações.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os percentuais de contribuição serão fixados em lei.

ARTIGO 232 - Se o Plano de Seguridade Social for assegurado, conforme previsto no parágrafo único do art. 192, por instituição oficial de previdência, as contribuições serão as estabelecidas pela referida entidade.

HISTÓRICO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

LEI Nº 11 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1993.

Art. 2º - Para efeito desta Lei:

I - **Funcionário** é a pessoa legalmente investida em cargo público, de provimento efetivo ou que temporariamente esteja ocupando cargo em comissão.

Art. 8º - A nomeação dar-se-á:

I - em caráter efetivo, para cargo de provimento efetivo;

II - em comissão, mediante livre escolha do Prefeito Municipal, entre as pessoas que satisfaçam os requisitos legais para investidura no serviço público, quando se tratar de cargo que assim deva ser provido.

CLT?
Temporário?
Agentes Públicos?
Agentes Políticos?

CAPÍTULO IX DA APOSENTADORIA

Art. 124 - O **funcionário** será aposentado compulsoriamente, a pedido ou por invalidez, nos termos da Constituição da República.

HISTÓRICO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO



Outros assuntos

[Acordos de Cooperação Técnica](#)
[Acordos Internacionais](#)
[Atuária](#)
[Calendário – RPPS](#)
[Capacitação e Treinamento](#)
[Compensação Previdenciária](#)
[Consultas Públicas - RPPS](#)
[Contabilidade](#)

[Demonstrativos](#)
[EC nº 103/2019](#)
[eSocial](#)

[Estatísticas e Informações dos RPPS](#)

[Índice de Situação Previdenciária](#)
[Informativo Mensal dos RPPS](#)
[Investimentos](#)
[Legislação e Orientações](#)

[Órgãos Colegiados](#)
[Prova de Vida RPPS](#)
[Parcelamentos](#)
[Parcelamento Especial - EC113](#)
[Política de Gestão de Riscos Institucionais da SEPRT](#)
[Pró-Gestão RPPS](#)
[Requisitos para Dirigentes e Conselheiros de RPPS](#)
[Sistemas](#)

7.Dados Abertos - arquivos .CSV

Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

Atualização de NOV/2023

- [Aliquotas de contribuição praticadas](#)
- [Aliquotas por plano de segregação e sujeito passivo - 15/03/2021](#)
- [Quantitativo de Regimes por UF](#)
- [Histórico de Regime Previdenciário](#)
- [Regime Previdenciário Atual dos Entes Federativos](#)
- [Unidade Gestora RPPS 05/2023](#)
- [CRP](#)

HISTÓRICO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Mas...

- Não existia "o RPPS" = A criação de uma unidade gestora!
 - RPPS não é autarquia ou fundo, é garantia dos benefícios;
- Não houve contribuição para os benefícios!
 - A obrigatoriedade de contribuição para o RPPS surgiu a partir da EC nº 20, de 16/12/1998;
- Foram recolhidas as contribuições para o RGPS!
- Até hoje estamos pagando o parcelamento de débitos com o RGPS!
 - Possibilidade de compensação tributária com a Receita Federal sobre esses valores.

HISTÓRICO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Compensação tributária dos valores pagos indevidamente

Lei nº 13.485, de 2017

Art. 11. O Poder Executivo federal fará a revisão da dívida previdenciária dos Municípios, com a implementação do efetivo encontro de contas entre débitos e créditos previdenciários dos Municípios e do Regime Geral de Previdência Social decorrentes, entre outros, de:

.....

IX - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de servidores vinculados ao RPPS.



Decreto nº 9.568, de 2018 – Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal



HISTÓRICO LEGISLATIVO DA CONTAGEM RECÍPROCA

Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960

Art. 10. A passagem do segurado, de uma instituição de previdência social para outra, far-se-á independente de transferência das contribuições realizadas e sem perda de quaisquer direitos.



HISTÓRICO LEGISLATIVO DA CONTAGEM RECÍPROCA

Lei nº 3.841, de 15 de dezembro de 1960

Art. 1º A União, as Autarquias, as Sociedades de Economia Mista e as Fundações instituídas pelo Poder Público **contarão, reciprocamente, para os efeitos de aposentadoria, o tempo de serviço anterior prestado a qualquer dessas entidades**, pelos respectivos funcionários ou empregados.

.....

§ 2º A contagem de tempo será feita de acordo com os informes ou registros existentes, em poder da entidade ou do funcionário exigida, porém, no caso da reciprocidade prevista neste artigo, prova hábil do órgão ou pessoa jurídica a que o beneficiário haja servido.

HISTÓRICO LEGISLATIVO DA CONTAGEM RECÍPROCA

Decreto-Lei nº 367, de 19 de dezembro de 1968

Art. 1º Os **funcionários públicos civis** da União e das Autarquias que, a partir da vigência dêste Decreto-lei, se afastarem das seus cargos por motivo de exoneração, **terão os respectivos tempos de serviço computados para fins de aposentadoria por tempo de serviço, regulada pela Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 e legislação subsequente.**

Art. 2º O ônus financeiro da aposentadoria concedida em decorrência dêste Decreto-lei será repartida entre o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) e o Tesouro Nacional ou as Autarquias referidas no artigo 22, § 1º, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, **na proporção de tempo de serviço público e da atividade privada.**

HISTÓRICO LEGISLATIVO DA CONTAGEM RECÍPROCA

Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960

Art. 60. A prova do tempo de serviço será feita.

I - para o segurado empregado - por uma ou mais das seguintes formas, conforme seja necessário para compreender e demonstrar, de modo inequívoco, o período em comprovação:

d) **certidões** de contribuições passadas pelos Institutos;

Decreto nº 60.501, de 14 de março de 1967

Art. 53. A prova do tempo de serviço será feita:

I - Para o segurado empregado - por uma ou mais das seguintes formas, conforme seja necessário para abranger de modo inequívoco o período em comprovação:

d) **certidões** de contribuições passadas pelas extintas instituições de previdência social;

HISTÓRICO LEGISLATIVO DA CONTAGEM RECÍPROCA

Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975

Art. 1º Os **funcionários públicos civis de órgãos da Administração Federal Direta** e das Autarquias Federais que houverem completado 5 (cinco) anos de efetivo exercício **terão computado**, para efeito de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória, na forma da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, **o tempo de serviço prestado em atividade vinculada ao regime da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960,** e legislação subsequente.

Art. 2º Os **segurados do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)** que já houverem realizado 60 (sessenta) contribuições mensais **terão computado**, para todos os benefícios previstos na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, com as alterações contidas na Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, ressalvado o disposto no artigo 6º, **o tempo de serviço público prestado à administração Federal Direta e às Autarquias Federais.**

HISTÓRICO LEGISLATIVO DA CONTAGEM RECÍPROCA

Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975

Art. 8º As aposentadorias e demais benefícios de que tratam os artigos 1º e 2º, resultantes da contagem recíproca de tempo de serviço prevista nesta Lei, serão concedidos e pagos pelo sistema a que pertencer o interessado ao requerê-los e seu valor será calculado na forma da legislação pertinente.

Parágrafo único. O ônus financeiro decorrente caberá, conforme o caso, integralmente ao Tesouro Nacional, à Autarquia Federal ou ao SASSE, à conta de dotações orçamentárias próprias, ou ao INPS, à conta de recursos que lhe forem consignados pela União, na forma do inciso IV, do artigo 69, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a redação que lhe deu a Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.

HISTÓRICO LEGISLATIVO DA CONTAGEM RECÍPROCA

Lei nº 6.864, de 1º de dezembro de 1980

Art. 3º O disposto nesta Lei **estender-se-á aos servidores públicos civis e militares, inclusive autárquicos, dos Estados e Municípios que assegurem, mediante legislação - própria, a contagem do tempo de serviço** prestado em atividade regida pela Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para efeito de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória, pelos cofres estaduais ou municipais.

Certidão de contagem recíproca?



Prefeitura Municipal de Nova Andradina

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Processo n.º 22/07406/0
Data 03 07 04
Rubrica [assinatura]

CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

ÓRGÃO EMISSOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA MS

NOME DO SERVIDOR: JESUS PUGA GUI

CARGO: PROFESSOR CLASSE: NÍVEL: GRUPO:

PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO: 01/03/72 A 31/12/73

PONTE DE INFORMAÇÃO: COORDENADOR

ANO	TEMPO BRUTO	F R E Q U Ê N C I A	
		FALTAS	LICENÇAS
1972	300	-	-
1973	300	-	-

CERTIFICO QUE, NO PERÍODO ACIMA REFERIDO, O INTERESSADO CONTA DE EFETIVO EXERCÍCIO, O TEMPO LÍQUIDO DE 600 DIAS, OU 01 ANOS, MESES, 08 E - DIAS DE SERVIÇO.

[assinatura]
ANTONIO ARI DE REZENDE CORRÊA
Coordenador N.Rec.Humanos

Certidão de contagem recíproca?

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

COORDENADORIA DE ENSINO: do Interior
DELEGACIA DE ENSINO: " Prof. Wilfrido Ramos Brandão "

CERTIDAO DE TEMPO DE SERVICO

PROCESSO N.

544/95 -2º DE/RP

CERTIDAO N. 002//95

NOME DO INTERESSADO

Maria Lucia

RG

CARGO OU FUNCAO/REGIME/CATEGORIA FUNCIONAL

Professor I /Estatutário/ Servidor Temporário

PERIODO(S)

04/03/69 a 12/03/72

TEMPO PARA TODOS OS EFEITOS (hum mil e quarente e nove)

ACRESCIMOS PARA APOSENTADORIA: (02)ANOS, (10)MESES, (15)DIAS= 1049 dias

- faltas IANSPÉ(Lei 10432/71)..... 000 dias

- licença saúde do proprio interessado(artigo 81, inciso II da Lei 10261/68).... 000 dias

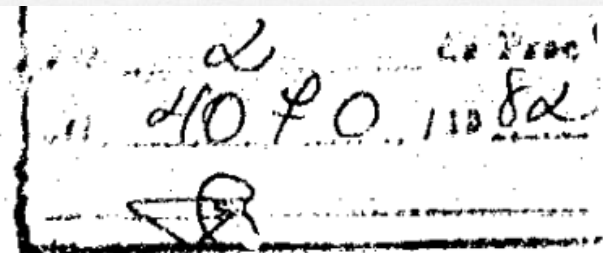
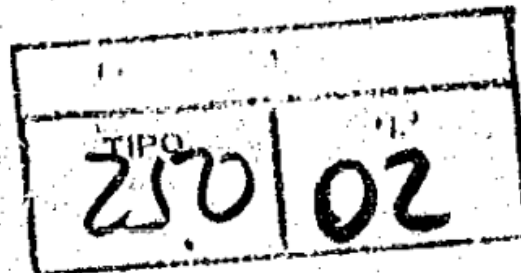
TEMPO PARA APOSENTADORIA (hum mil e quarenta e nove)

(02)ANOS, (10)MESES, (15)DIAS= 1049 dias

Certidão de contagem recíproca?

CERTIDÃO Nº 41/82

O
E
R
T
I
F
I
C



C...., a requerimento da interessada, para fins judiciais e à vista do Atestados de Frequência arquivados nesta Delegacia de Ensino, que CAROLINA [REDACTED], RG. [REDACTED], quando substituta efetiva na EDPG. "Dr. João Rodrigues Guião", em Ribeirão Preto, no período de 16-05-63 a 27-
-02-66, Delegacia de Ensino e Divisão Regional de Ensino de Ribeirão Preto, registra os seguintes dias não remunerados assim discriminados: 1963: maio: 16 a
24; 26, 28 a 31; junho: 1, 2, 25, 26, 28 a 30; julho: 1 a 31 (férias); agosto: 1 a
6; 8, 9, 11 a 18; 20 a 27; 29 a 31; setembro: 1 a 4; 6 a 13; 15, 17 a 24; 27 a 30

Certidão de contagem recíproca?



PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

011
Recorrido

Órgão Expedidor

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão

06/11/2020

Nome do Requerente

EDLENE [REDACTED]

Protocolo:

21026120.1.01407/20-0

NIT:

[REDACTED]

CPF:

[REDACTED]

Nome da mãe

HOSANA [REDACTED]

Data de Nascimento

18/12/1961

Doc. Identidade

[REDACTED]

Emissor

SSP

UF

MS

Órgão Instituidor

MUNICIPIO DE CAAPARO

Matrícula

5200891

Certidão de contagem recíproca?



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

Rua Placido Leite Nº 148 Centro Cívico - Fone/Fax (043) 3557-1388

ARAPOTI - PARANÁ - CNPJ nº 75.658.377/0001-31

rh@arapoti.pr.gov.br

600006
PROTÓCOLO

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Nº

PARA EFEITOS DA LEI Nº 6.226/75, COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 6.864/80 E LEI Nº 8.213/91.

ÓRGÃO EXPEDIDOR :	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI	CNPJ	75.658.377/0001-31
NOME :	ALAYDE [REDACTED]	DATA NASC :	23/abr/45
CARGO :	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	DATA DA INVESTIDURA :	01/jul/94
ATO DO INGRESSO :	DECRETO Nº 605	DATA INÍCIO DA CARREIRA :	01/jul/93
MATRÍCULA :	2122/9	SEXO :	F
PADRÃO :		RG :	[REDACTED]
LOTAÇÃO :	HOSPITAL	IDADE :	61 ANOS
TIPO DE BENEFÍCIO :	AF	CPF :	[REDACTED]

DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIEDADE

Certificamos que no período acima, o interessado conta, de efetivo exercício, o tempo líquido de **4.702** dias; ou : **12** anos, **10** meses e **22** dias.

Observações:

ARAPOTI - PR

18 de maio de 2006

Certidão de contagem recíproca?



Prefeitura Municipal de Beberibe


CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO Nº 0009/90

Nome	JUAREZ LUCAS [REDACTED]	Matrícula	
Cargo	Ex- Motorista	Código	
Quadro de Pessoal	— Parte	Poder	Executivo
Lotação	Secretaria de Administração		
Período compreendido nesta certidão de	04 / 02 / 58 a 30 / 04 / 63		
Fonte de Informação	Ficha		

CERTIFICO, em face do apurado, que no período acima referido o interessado conta, de efetivo exercício, o tempo de serviço líquido de 2.182 dias, ou sejam, 5(cinco) anos, 2(dois) meses e 25(vinte e cinco) dias de serviço Público Municipal. Lei Nº 243, de 0 de Novembro de 1.983.

3- Esta Certidão está sendo fornecida, conforme informações da Diretoria de Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Beberibe, para fins de averbação junto ao INPS, de acordo com a Lei Federal nº 6864/80;

Certidão de contagem recíproca?

	SECRETARIA DE ESTADO DE RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO	CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO			
ORGÃO EMITENTE		DIRETORIA DE CADASTRO E CONTAGEM DE TEMPO			
NOME		Helena [REDACTED]		MASP	263.244
CARGO		CLASSE	NÍVEL	SÍMBOLO	
Orientador Educacional		-----	6	Grau A	
QUADRO	ORGÃO PÚBLICO				
Magistério	Secretaria de Estado da Educação				
FONTE DE INFORMAÇÃO:		FOLHAS DE PAGAMENTO			
PERÍODO(S) COMPUTADO(S):					

De 01.01.86 a 31.03.87.

CERTIFICO, em face do apurado em processo, que o ex-servidor conta 01 anos 87 dias, ou seja, 452 dias de serviço público para fins de averbação junto à Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis.

OBSERVAÇÕES: Todo o tempo de serviço certificado, no total de 01 ano e 87 dias, foi prestado sob o regime estatutário, e é computado, na esfera do serviço público dual, para fins de aposentadoria e adicionais por tempo de serviço, nos termos Lei nº 869 de 05.07.52. Certifico, mais que a interessada desistiu expressamente dos períodos acima, para qualquer benefício junto a esfera do serviço público e dual.

Prazo decadencial de revisão de CTC

Lei nº 8.213, de 1991:

Art. 103. **O prazo de decadência** do direito ou da ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão, indeferimento, cancelamento ou cessação de benefício e do ato de deferimento, indeferimento ou não concessão de revisão de benefício **é de 10 (dez) anos**, contado:

I - do dia primeiro do mês subsequente ao do recebimento da primeira prestação ou da data em que a prestação deveria ter sido paga com o valor revisto; ou

II - do dia em que o segurado tomar conhecimento da decisão de indeferimento, cancelamento ou cessação do seu pedido de benefício ou da decisão de deferimento ou indeferimento de revisão de benefício, no âmbito administrativo.

Parágrafo único. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Proposta ao MPS

Art. 10. A comprovação do tempo de contribuição para fins de contagem recíproca e compensação financeira previstas no § 9º e 9º-A do art. 201 da Constituição Federal deverá observar o disposto na Portaria MTP nº 1.467, de 2020~~02~~ ou dos atos normativos anteriores à sua publicação, e o disposto no Decreto nº 3.048, de 1999, inclusive quanto as hipóteses de tempos de serviço considerados como tempos de contribuição.

§ 1º Para fins da compensação financeira, as certidões emitidas pelos entes federativos até 15 de maio de 2008 deverão possuir remissão às Leis nº 6.226, de 1975 e/ou nº 6.864, de 1980, possuir referência a destinação a um determinado regime ou constar que o tempo foi certificado para fins de averbação ou concessão de aposentadoria.

§ 2º Na hipótese de emissão de CTC pelo ente federativo nos moldes do § 1º e referente ao período anterior a existência do RPPS, caberá a revisão da Certidão emitida, se estiver dentro do prazo decadencial, ou, se ultrapassado esse prazo, cabendo ao ente federativo a obrigação financeira do pagamento da compensação ao regime instituidor.

NORMATIVO ATUAL DA CONTAGEM RECÍPROCA

Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991

Art. 96. O tempo de contribuição ou de serviço de que trata esta Seção será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as normas seguintes:

- I - não será admitida a **contagem em dobro ou em outras condições especiais;**
- II - **é vedada a contagem de tempo** de serviço público com o de atividade privada, **quando concomitantes;**
- III - não será contado por um sistema **o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro;**

NORMATIVO ATUAL DA CONTAGEM RECÍPROCA

Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991

IV - o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios de zero vírgula cinco por cento ao mês, capitalizados anualmente, e multa de dez por cento.

V - é vedada a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) com o registro exclusivo de tempo de serviço, sem a comprovação de contribuição efetiva, exceto para o segurado empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso e, a partir de 1º de abril de 2003, para o contribuinte individual que presta serviço a empresa obrigada a arrecadar a contribuição a seu cargo, observado o disposto no § 5º do art. 4º da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003.

NORMATIVO ATUAL DA CONTAGEM RECÍPROCA

Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991

VI - a CTC somente poderá ser emitida por regime próprio de previdência social para ex-servidor;

VII - é vedada a contagem recíproca de tempo de contribuição do RGPS por regime próprio de previdência social sem a emissão da CTC **correspondente**, ainda que o tempo de contribuição referente ao RGPS tenha sido prestado pelo servidor público ao próprio ente instituidor;

VIII - é vedada a **desaverbação** de tempo em regime próprio de previdência social quando o tempo averbado **tiver gerado a concessão de vantagens remuneratórias ao servidor público em atividade**; e

NORMATIVO ATUAL DA CONTAGEM RECÍPROCA

Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991

IX - para fins de elegibilidade às aposentadorias especiais referidas no § 4º do art. 40 e no § 1º do art. 201 da Constituição Federal, **os períodos reconhecidos pelo regime previdenciário de origem como de tempo especial**, sem conversão em tempo comum, **deverão estar incluídos nos períodos de contribuição compreendidos na CTC e discriminados de data a data.**

ORIENTAÇÕES PARA EMISSÃO DA CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

RPPS

Portaria MTP nº 1.467, de 2022

RGPS

IN PRES/INSS nº 128, de 2022

SPSM

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 (?)

CAPÍTULO IX
COMPROVAÇÃO DO TEMPO E DA BASE DE CÁLCULO DE CONTRIBUIÇÃO

GESCON nº L351201/2023 do MPS



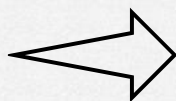
13. No tocante à comprovação do tempo de serviço no âmbito das Forças Armadas, a Portaria MTP nº 1.467, de 2022, chega a prever, **DE FORMA NÃO VINCULATIVA**, que para fins de contagem recíproca e compensação financeira previstas nos §§ 9º e 9º-A do art. 201 da Constituição Federal, o tempo de contribuição deverá ser comprovado por Certidão de Tempo de Serviço Militar, fornecida pelo órgão responsável pela gestão do Sistema de Proteção Social dos Militares - SPSM, quando for o caso de tempo de serviço militar exercido nas atividades de que tratam os arts. 142 e 143 da Constituição Federal, ou seja, também no âmbito do Exército, da Marinha e da Aeronáutica:

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX

Art. 182. Para fins de **contagem recíproca e compensação financeira** previstas nos §§ 9º e 9º-A do art. 201 da Constituição Federal, **o tempo de contribuição deverá ser comprovado** por:

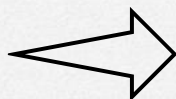


RPPS



Unidade Gestora do RPPS; ou
Órgão de origem do segurado, desde que **homologada**
pela unidade gestora.

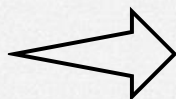
RGPS



Exclusivamente **pelo INSS**



SPSM



Órgão responsável pela gestão do SPSM.

atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 da Constituição Federal.

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX

Art. 182.

§ 1º O ente federativo expedirá a CTC ou a Certidão de Tempo de Serviço Militar **mediante requerimento formal do ex-segurado de RPPS, do ex-militar ou do beneficiário de pensão por morte.**

§ 2º Até que seja instituído sistema integrado de dados que permita a emissão eletrônica de CTC, **a certidão deverá ser digitada e conterá numeração única no ente federativo emissor,** não podendo conter espaços em branco, emendas, rasuras ou entrelinhas que não estejam ressalvadas antes do seu desfecho.

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX

Art. 184. É vedada a contagem recíproca, por RPPS, de tempo de contribuição ao RGPS sem a emissão da CTC correspondente pelo INSS, **ainda que o tempo referente ao RGPS tenha sido prestado pelo segurado ao próprio ente instituidor.**

Parágrafo único. O **tempo de contribuição comum** ao RGPS prestado pelo segurado ao próprio ente instituidor, **averbado até 18 de janeiro de 2019**, poderá ser contado para fins de concessão de benefícios e a comprovação para fins de compensação financeira se dará por meio de certidão específica, **conforme modelo constante do Anexo XIII.**

IN INSS nº 128, de 2022

Art. 512. A CTC só poderá ser emitida para períodos de contribuição vinculados ao RGPS.

§ 4º Não devem ser considerados como averbação automática os **períodos averbados** a partir de 18 de janeiro de 2019.

Portaria DIRBEN nº 998, de 2022

Art. 50. Quando o servidor público possuir tempo de contribuição vinculado ao regime geral de previdência social, por serviço prestado ao próprio ente instituidor, deverá ser observado o que segue:

Parágrafo único. O RGPS aceitará a Certidão Específica, independente da data de emissão, **se a DIB do benefício de aposentadoria ocorrer até 17 de janeiro de 2019**, ou seja, antes da vigência da MP nº 871, de 2019. Sendo o benefício concedido a partir de 18 de janeiro de 2019, a CTC deverá ser emitida pelo RGPS.

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX e Anexo XIII

CERTIFICO que o(a) interessado(a) conta com o tempo de serviço líquido de ____ dias, correspondendo a ____ ano(s), ____ mes(es), ____ dia(s) de exercício filiado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, , calculado conforme as normas legais do INSS, para fins de Compensação Financeira entre o RGPS e os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS dos Servidores Públicos

DECLARO que o período certificado foi averbado até 18 de janeiro de 2019 e não foi incluído o tempo Regime Especial de contribuição em que tinha garantido apenas os benefícios de família, na forma do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 e no § 3º do art. 3º do Decreto 10.188, de 20 de dezembro de 2019, sob pena de aplicação das penalidades previstas no art. 299 do Código Penal.

XIII

ANEXO XIII
(IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE EMITENTE)

**CERTIDÃO ESPECÍFICA DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PRESTADO PELO SEGURADO AO PRÓPRIO
ENTE INSTITUIDOR PARA FINS DE COMPENSAÇÃO**

Nº DA CERTIDÃO:		
ÓRGÃO EXPEDIDOR:		
NOME DO SERVIDOR:		
PIS/PASEP:	DATA DE NASCIMENTO:	MATRÍCULA:
ADMISSÃO:	CARGO:	CPF:
FILIAÇÃO:		

e

V/FILIADO AO RGPS:

	ANO(S)	MÊS(S)	DIA(S)
TOTAL			

SO:

	FONTE DE INFORMAÇÃO CENTRO DE DIREITOS E REGISTROS
--	---

ssado(a) conta com o tempo de serviço líquido de ____ dias,
____ mes(es), ____ dia(s) de exercício filiado ao Regime Geral de
liculado conforme as normas legais do INSS, para fins de Compensação
egimes Próprios de Previdência Social - RPPS dos Servidores Públicos

ado foi averbado até 18 de janeiro de 2019 e não foi incluído o tempo
em que tinha garantido apenas os benefícios de família, na forma do
Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 e no § 3º do art. 3º do Decreto
Código Penal.

OBSERVAÇÕES:

Local e Data

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES NOME/MATRÍCULA/CARGO:	Carimbo e assinatura do Dirigente
--	-----------------------------------

ESTA DECLARAÇÃO NÃO CONTÉM EMENDAS NEM RASURAS

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX

Art. 185. O setor competente da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município deverá promover o **levantamento do tempo de contribuição** para o RPPS ou para o SPSM à vista dos assentamentos funcionais do **segurado** ou do militar.

ANEXO IX
(IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE EMITENTE)
CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

ÓRGÃO EXPEDIDOR:		Nº	
NOME DO SERVIDOR:		CNPJ:	
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:		SEXO:	MATRÍCULA:
CPF:	PIS/PASEP:	DATA DE NASCIMENTO:	
FILIAÇÃO:		DATA DE NASCIMENTO:	
CARGO EFETIVO:			
ÓRGÃO DE LOTAÇÃO:	DATA DE ADMISSÃO:	DATA DE EXONERAÇÃO/DEMISSÃO:	
PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO: DE ____/____/____ A ____/____/____			
DESTINAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: PERÍODO DE ____/____/____ A ____/____/____ PARA APROVEITAMENTO NO ____-____-____ (ÓRGÃO A QUE SE DESTINA) PERÍODO DE ____/____/____ A ____/____/____ PARA APROVEITAMENTO NO ____-____-____ (ÓRGÃO A QUE SE DESTINA)			

ANO	TEMPO BRUTO	DEDUÇÕES						TEMPO LÍQUIDO
		SALTAM(*)	LICENÇAS(*)	LICENÇA SEM CONTRIBUIÇÃO(*)	SUSPENSÕES(*)	DISPONIBILIDADE(*)	OUTRAS(*)	
TOTAL (em dias) =								

(*) Vide períodos discriminados no verso

CERTIFICADO, em face do apurado, que o interessado conta, de efetivo exercício prestado neste Órgão, o tempo de contribuição de ____ dias, correspondente a ____ anos, ____ meses e ____ dias.

CERTIFICADO que a Lei nº ____ de ____/____/____, assegura aos servidores do Estado/Município de ____ aposentadorias voluntárias, por incapacidade permanente e compulsória, e pensão por morte, com aproveitamento de tempo de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social ou para outro Regime Próprio de Previdência Social.

Lavrei a Certidão, que não contém emendas nem rasuras.	Visto do Dirigente do Órgão
Local e data: _____	Data: ____/____/____
Assinatura do servidor Nome/Cargo/Matrícula	Assinatura Nome/Cargo/Matrícula

UNIDADE GESTORA DO RPPS

HOMOLOGO a presente Certidão de Tempo de Contribuição e declaro que as informações nela constantes correspondem à verdade.

Local e data: _____ Assinatura e carimbo do Dirigente da UG _____

Endereço eletrônico para confirmação desta Certidão: _____

[Verso da Certidão de Tempo de Contribuição nº _____]

FREQUÊNCIA - DISCRIMINAÇÃO DAS DEDUÇÕES DO TEMPO BRUTO		
Períodos	Tempo em dias	Identificação da ocorrência
DE ____/____/____ A ____/____/____		
DE ____/____/____ A ____/____/____		
DE ____/____/____ A ____/____/____		
DE ____/____/____ A ____/____/____		
DE ____/____/____ A ____/____/____		
DE ____/____/____ A ____/____/____		
DE ____/____/____ A ____/____/____		

TEMPO ESPECIAL INCLUÍDO, SEM CONVERSÃO, NO PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO		
Especificação do exercício do tempo especial	Período	Tempo em dias
I - Na condição de segurado com deficiência:		
a) grave	DE ____/____/____ A ____/____/____	
b) moderada	DE ____/____/____ A ____/____/____	
c) leve	DE ____/____/____ A ____/____/____	
II - No cargo de policial, agente penitenciário ou de agente socioeducativo.		
	DE ____/____/____ A ____/____/____	
III - Em atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física ou com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde.		
a) com redução do tempo para 25 anos	DE ____/____/____ A ____/____/____ DE ____/____/____ A ____/____/____ DE ____/____/____ A ____/____/____	
b) com redução do tempo para 20 anos	DE ____/____/____ A ____/____/____ DE ____/____/____ A ____/____/____ DE ____/____/____ A ____/____/____	
c) com redução do tempo para 15 anos	DE ____/____/____ A ____/____/____ DE ____/____/____ A ____/____/____ DE ____/____/____ A ____/____/____	

TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO NO PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO	
Períodos	Tempo em dias
DE ____/____/____ A ____/____/____	
DE ____/____/____ A ____/____/____	
DE ____/____/____ A ____/____/____	

OBSERVAÇÕES:

Assinatura do servidor que lavrou a certidão Nome/Cargo/Matrícula	Assinatura do Dirigente do Órgão Nome/Cargo/Matrícula
--	--

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Anexo IX

(IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE EMITENTE)

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

ÓRGÃO EXPEDIDOR:		Nº CNPJ:
NOME DO SERVIDOR:		SEXO: MATRÍCULA:
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:	CPF:	PIS/PASEP:
FILIAÇÃO:		DATA DE NASCIMENTO:
CARGO EFETIVO:		
ÓRGÃO DE LOTAÇÃO:	DATA DE ADMISSÃO:	DATA DE EXONERAÇÃO/DEMISSÃO:
PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO: DE ____/____/____ A ____/____/____		
DESTINAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: PERÍODO DE ____/____/____ A ____/____/____ PARA APROVEITAMENTO NO ____ (ÓRGÃO A QUE SE DESTINA) ____ PERÍODO DE ____/____/____ A ____/____/____ PARA APROVEITAMENTO NO ____ (ÓRGÃO A QUE SE DESTINA) ____		

FREQÜÊNCIA								
ANO	TEMPO BRUTO	DEDUÇÕES						TEMPO LÍQUIDO
		FALTAS(*)	LICENÇAS(*)	LICENÇA SEM COINTRIBUIÇÃO(*)	SUSPENSÕES(*)	DISPONIBILIDADE(*)	OUTRAS(*)	
TOTAL (em dias) =								

(*) Vide períodos discriminados no verso

VI - soma do tempo líquido, que corresponde ao tempo bruto de dias de vínculo ao RPPS ou ao SPSM de data a data, inclusive o dia adicional dos anos bissextos, descontados os períodos de faltas, suspensões, disponibilidade, licenças e outros afastamentos sem remuneração;

[illegible]

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Anexo IX

CERTIFICO, em face do apurado, que o interessado conta, de efetivo exercício prestado neste Órgão, o tempo de contribuição de ____ dias, correspondente a ____ anos, ____ meses e ____ dias.

CERTIFICO que a Lei nº __, de __/__/__, assegura aos servidores do Estado/Município de _____ aposentadorias voluntárias, por incapacidade permanente e compulsória, e pensão por morte, com aproveitamento de tempo de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social ou para outro Regime Próprio de Previdência Social.

Lavrei a Certidão, que não contém emendas nem rasuras.

Local e data: _____

Assinatura do servidor
Nome/Cargo/Matrícula

Visto do Dirigente do Órgão

Data: ____/____/____

Assinatura

Nome/Cargo/Matrícula

UNIDADE GESTORA DO RPPS

HOMOLOGO a presente Certidão de Tempo de Contribuição e declaro que as informações nela constantes correspondem à verdade.

Local e data: _____

Assinatura e carimbo do Dirigente da UG

Endereço eletrônico para confirmação desta Certidão: _____

XI - homologação da unidade gestora do RPPS, no caso de a certidão ser emitida por outro órgão da administração do ente federativo de origem.

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Anexo IX

TEMPO ESPECIAL INCLUÍDO, SEM CONVERSÃO, NO PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO		
Especificação do exercício do tempo especial	Período	Tempo em dias
I - Na condição de segurado com deficiência:		
a) grave	DE ____/____/____ A ____/____/____	
b) moderada	DE ____/____/____ A ____/____/____	
c) leve	DE ____/____/____ A ____/____/____	
II - No cargo de policial, agente penitenciário ou de agente socioeducativo.	DE ____/____/____ A ____/____/____	
III - Em atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física ou com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde.		
a) com redução do tempo para 25 anos	DE ____/____/____ A ____/____/____ DE ____/____/____ A ____/____/____ DE ____/____/____ A ____/____/____	
b) com redução do tempo para 20 anos	DE ____/____/____ A ____/____/____ DE ____/____/____ A ____/____/____ DE ____/____/____ A ____/____/____	
c) com redução do tempo para 15 anos	DE ____/____/____ A ____/____/____ DE ____/____/____ A ____/____/____ DE ____/____/____ A ____/____/____	

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Anexo IX e Capítulo IX

I - segurado **com deficiência**:

a) da União, a partir da vigência da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, conforme art. 22 dessa Emenda; ou

b) dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a partir da vigência da Lei Complementar editada conforme atribuição do § 4º-A do art. 40 da Constituição Federal;

II - segurado **titular do cargo de policial** regido pela Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985;

III - segurado titular do cargo de policial e de agente penitenciário ou socioeducativo:

a) da União, a partir da vigência da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, conforme o inciso I do § 2º do art. 10 dessa Emenda; ou

b) dos Estados e do Distrito Federal a partir da vigência da Lei Complementar editada conforme atribuição do § 4º-B do art. 40 da Constituição Federal;

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Anexo IX e Capítulo IX

IV - segurado **em exercício de atividades sob condições especiais** que prejudiquem a saúde ou a integridade física, nos limites da Súmula Vinculante nº 33:

a) da União, até a vigência da Emenda Constitucional nº 103, de 2019; ou

b) dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios até a vigência da Lei Complementar editada conforme atribuição do § 4º-C do art. 40 da Constituição Federal; e

V - segurado cujas **atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde**, ou associação desses agentes:

a) da União, a partir da vigência da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, conforme o inciso II do § 2º do art. 10 dessa Emenda; ou

b) dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a partir da vigência da Lei Complementar editada conforme atribuição do § 4º-C do art. 40 da Constituição Federal.

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Anexo IX e Capítulo IX



Segurados com deficiência: Anexo V da Portaria MTP nº 1.467, de 2022.



Segurados expostos a agentes nocivos: Anexo III e IV da Portaria MTP nº 1.467, de 2022.



Legislação do ente federativo editada conforme competências atribuídas pelos §§ 4º-A, § 4º-B e § 4º-C do art. 40 da Constituição Federal

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Anexo IX

TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO NO PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO	
Períodos	Tempo em dias
DE ____/____/____ A ____/____/____	
DE ____/____/____ A ____/____/____	
DE ____/____/____ A ____/____/____	

§ 1º Constará da CTC emitida para o segurado que ocupou o cargo de professor, a discriminação do tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, conforme definição constante do § 1º do art. 164.

§ 1º Conforme § 2º do art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **são consideradas funções de magistério** as exercidas por segurado ocupante de cargo de professor no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio, em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício de docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Anexo IX

OBSERVAÇÕES:

Assinatura do servidor que lavrou a certidão
Nome/Cargo/Matrícula

Assinatura do Dirigente do Órgão
Nome/Cargo/Matrícula

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX



Deve ser **expedida em duas vias**, das quais a primeira será fornecida ao interessado, mediante recibo passado na segunda via, implicando sua concordância quanto ao tempo certificado.

1ª Via - Deverá compor processo de averbação e de benefício;

2ª Via - Deverá ser arquivada com o RPPS emissor para controle.



Se o ente utilizar processo administrativo eletrônico, a segunda via da certidão emitida pelo regime de origem, com recibo do interessado, e a primeira via da certidão recebida pelo regime instituidor poderão ser arquivadas eletronicamente.

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX

Art. 191. A unidade gestora do RPPS, o órgão ou entidade emissora da CTC e o órgão gestor do SPSM **deverão efetuar no registro individualizado** do segurado do RPPS ou do SPSM e nos assentamentos funcionais ou militares do ex-segurado ou ex-militar, respectivamente, anotação contendo, no mínimo, os seguintes dados:

- I - número da CTC e respectiva data de emissão;
- II - o tempo líquido de contribuição somado na certidão expresso em dias e em anos, meses e dias;
- III - os períodos certificados e os órgãos destinatários correspondentes, bem como o tempo destinado a cada regime em caso de fracionamento; e
- IV - os períodos, dentro daqueles certificados, que foram reconhecidos pelo emissor da CTC como sendo tempo especial, sem conversão, na forma do art. 188.



§ 2º Se os órgãos e entidades utilizarem sistemas informatizados de assentamento funcional, os registros a que se refere este artigo serão realizados no próprio sistema.

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX

Art. 192. Quando solicitado pelo ex-segurado que **mantém filiação a 2 (dois) RPPS ou 2 (dois) vínculos funcionais com filiação ao mesmo RPPS e ao RGPS**, é permitida a **emissão de CTC única** com destinação do tempo de contribuição para, no máximo, estes três regimes previdenciários ou dois vínculos, segundo indicação do requerente.



Será expedida em 3 (três) vias, das quais a primeira e a segunda serão fornecidas ao interessado, mediante recibo passado na terceira via, implicando sua concordância quanto ao tempo certificado.

§ 2º **Na CTC única**, deverá constar o período integral de contribuição ao RPPS, bem como as frações desse período a serem aproveitadas em cada um dos regimes instituidores ou em cada um dos cargos do regime instituidor, em caso de duplo vínculo a um mesmo RPPS, segundo indicação do requerente.

Tempo Concomitante

8 anos 6 meses e 22 dias
7 anos 9 meses e 0 dias

	RGPS		RPPS	
Professor Cargo A	10/04/1997	31/10/2005	01/11/2005	01/06/2022
Professor Cargo B	02/02/1998	31/10/2005	01/11/2005	01/06/2022

	RGPS	RPPS
Professor Cargo A	10/04/1997	01/11/2005
Professor Cargo B	31/10/2005	01/06/2022

8 anos 6 meses e 22 dias

16 anos 7 meses e 1 dia

Tempo Concomitante

NOTA TÉCNICA Nº 12/2015/CGNAL/DRPSP/SPPS

Brasília, 31 de agosto de 2015.

71. Por outro lado, no âmbito do RGPS, ainda que haja o exercício de mais de uma atividade pública ou privada, o vínculo previdenciário e a contribuição ao regime são únicos por segurado. Ou seja, as parcelas da remuneração que compõem o salário de contribuição ao RGPS, recebidas em cada fonte, ainda que decorrentes de cargos públicos, devem ser somadas para observância, tanto do percentual, quanto do limite máximo de contribuição vigente.

72. O art. 20 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991³⁴ estabelece que *a contribuição do empregado, inclusive o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição mensal, de forma não cumulativa, observado o disposto no art. 28.* Neste artigo, está previsto que, no cálculo do salário de contribuição, computa-se a remuneração auferida em uma ou mais fontes³⁴.

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX

Art. 194. A CTC e a Certidão de Tempo de Serviço Militar **somente serão fornecidas para os períodos de efetivo vínculo ao RPPS, nos termos do art. 40 da Constituição Federal**, ou ao SPSM, nos termos dos arts. 42, 142 e 143 da Constituição Federal, respectivamente.

Parágrafo único. **Poderão ser certificados os períodos de afastamento sem remuneração, desde que o câmputo seja autorizado por lei e tenha havido a correspondente contribuição ao RPPS.**

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX

Art. 195. É **vedada** a emissão de CTC:

I - com contagem de tempo de contribuição de atividade privada com a de serviço público ou de mais de uma atividade no serviço público, **quando concomitantes**;

II - em relação a período que já **tiver sido utilizado para a concessão de aposentadoria em qualquer regime de previdência social ou para a transferência para a inatividade em qualquer SPSM**;

III - com contagem de **tempo fictício ao RPPS**;

IV - **com conversão de tempo** exercido sob condições especiais em tempo de contribuição comum, salvo decisão judicial expressa;

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX

V - com **conversão de tempo de efetivo exercício nas funções de magistério** em tempo comum após a Emenda Constitucional nº 18, de 1981;

VI - **relativa a período de filiação a outro RPPS, ao RGPS ou a SPSM**, ainda que o segurado tenha prestado serviços ao próprio ente emissor naquele período, e que esse tempo tenha sido objeto de averbação; e

VII - **para ex-segurado não titular de cargo efetivo, em relação a período posterior a 16 de dezembro de 1998.**

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX

§ 1º Entende-se como tempo fictício aquele considerado em lei como **tempo de contribuição para fins de concessão de aposentadoria sem que tenha havido, por parte do segurado, a prestação de serviço ou a correspondente contribuição.**

§ 2º O tempo de serviço considerado para efeito de aposentadoria por lei e cumprido até 16 de dezembro de 1998 será contado como tempo de contribuição.

§ 3º Constarão na CTC os períodos de filiação a RPPS posteriores a 16 de dezembro de 1998 em que **tenha havido a prestação de serviço sem ocorrência de contribuição.**

§ 4º Para os períodos a que se refere o § 3º, as informações das bases de cálculo de contribuição deverão corresponder aos valores das respectivas remunerações do cargo efetivo ou do subsídio.

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX

Art. 196. A CTC **só poderá ser emitida para ex-segurado do RPPS** ou ex-militar do SPSM e relativamente a períodos em que tenha havido, por parte deles, a prestação de serviço ou a correspondente contribuição.

§ 1º No caso de acumulação lícita de cargos efetivos no mesmo ente federativo, só poderá ser emitida CTC relativamente ao tempo de contribuição no cargo do qual o segurado se exonerou ou foi demitido.

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX

§ 2º Na hipótese de migração do segurado ao RGPS por força de lei do ente federativo que **resulte na extinção do RPPS**, poderá ser emitida a CTC relativamente ao período de filiação ao RPPS mesmo que o segurado não esteja exonerado ou demitido do cargo efetivo na data do pedido, situação na qual a CTC somente poderá ser utilizada para obtenção de aposentadoria no RGPS relativa ao cargo a que se refere a certidão.

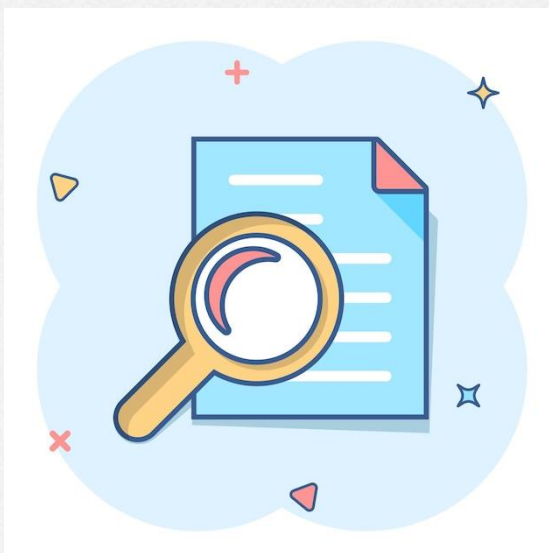
§ 3º A CTC relativa ao período de filiação ao RPPS, emitida a requerimento do segurado na situação de que trata o § 2º, implica, na forma estabelecida na legislação do ente federativo emissor, a vacância do cargo público, com efeitos a partir da primeira entre as seguintes datas:

- I - aquela em que o segurado teve ciência da decisão concessiva de aposentadoria pelo INSS;
- II - do recebimento, pelo ente federativo, da comunicação sobre a concessão de aposentadoria ao segurado, enviada pelo INSS conforme previsão do inciso I do art. 131 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999; ou
- III - aquela em que o ente federativo teve ciência da concessão de aposentadoria ao segurado por quaisquer outros meios.



Art. 197. **Concedido o benefício, caberá ao RPPS instituidor comunicar o fato**, por ofício, à unidade gestora do regime previdenciário de origem emitente da CTC ou ao órgão gestor responsável pela emissão da Certidão de Tempo de Serviço Militar no âmbito do SPSM, para os registros e providências de direito.

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX

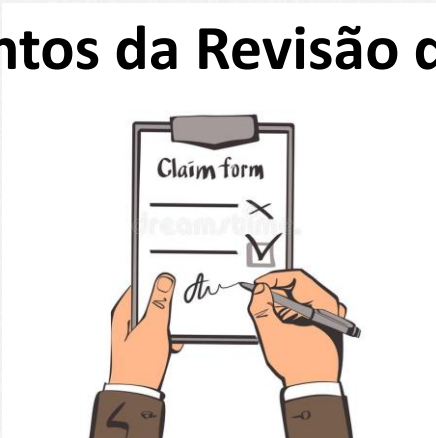


Art. 198. Poderá haver **revisão da CTC** pelo ente federativo emissor, inclusive para fracionamento de períodos, desde que previamente devolvida a certidão original.

Parágrafo único. Observado o disposto no art. 192, será admitida revisão da CTC para fracionamento de períodos **somente quando a certidão comprovadamente não tiver sido utilizada para fins de aposentadoria** no RGPS, para fins de averbação ou de aposentadoria em outro RPPS ou para fins de transferência para a inatividade em SPSM, **ou ainda, uma vez averbado o tempo, este não tiver sido utilizado para obtenção de qualquer direito ou vantagem** no RPPS ou vantagem remuneratória.

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX

Procedimentos da Revisão da CTC



Requerimento
do Interessado



Certidão Original



Declaração

(Anexo XI da Portaria MTP nº 1.467, de 2022)

Nº da CTC:		Data de expedição:	
Ato de averbação:			
DISCRIMINAÇÃO DOS PERÍODOS CERTIFICADOS NA CTC			
Períodos	Utilização (S/N)	Efeitos da utilização	
__/__/__ A __/__/__			
__/__/__ A __/__/__			
__/__/__ A __/__/__			
__/__/__ A __/__/__			

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX



Art. 201. Os entes federativos e o INSS **deverão disponibilizar** na respectiva página oficial na **Internet** as certidões de tempo de contribuição por eles emitidas, digitalizadas, para permitir a confirmação da veracidade por parte do regime previdenciário destinatário.

§ 1º O endereço eletrônico referido no **caput** para consulta na **Internet** deverá constar na própria CTC.

§ 2º Quando não for possível a disponibilização e confirmação da veracidade da CTC na página da **Internet** indicada pelo órgão emissor, o órgão destinatário poderá solicitar ao emissor, por ofício, sua ratificação ou retificação.

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX

Art. 202. Caberá revisão da CTC, inclusive de ofício, **quando for constatado erro material e desde que tal revisão não importe em dar à certidão destinação diversa da que lhe foi dada originariamente.**

§ 1º A revisão de que trata o **caput** será precedida de solicitação ao órgão destinatário da CTC de devolução da certidão original.

§ 2º Na impossibilidade de prévio resgate da certidão original, caberá ao órgão emissor encaminhar a nova CTC ao órgão destinatário, acompanhada de ofício informando os motivos da revisão e o cancelamento da CTC anteriormente emitida, para fins de regularização, quando for o caso, dos seus efeitos funcionais e/ou previdenciários.



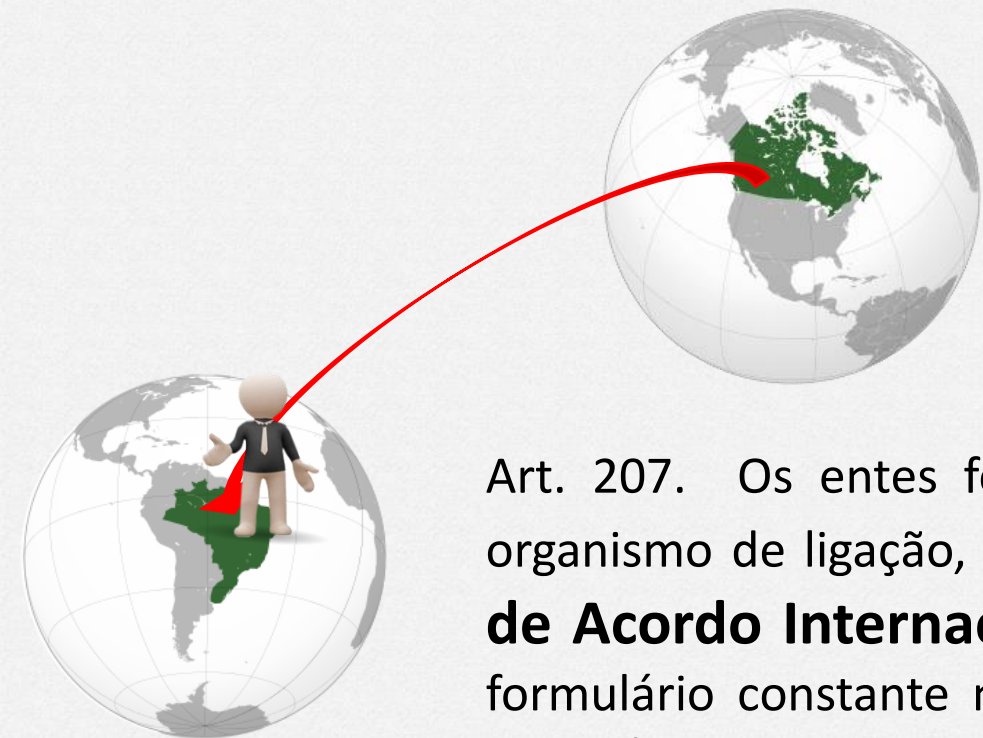
Para revisão da CTC que tenha sido utilizada no RGPS, em outro RPPS ou em SPSM, **aplica-se o prazo decadencial** estabelecido para esse fim na forma da legislação do ente federativo, salvo comprovada má-fé.

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX

Art. 204. Os entes federativos **fornecerão ao servidor detentor exclusivamente de cargo de livre nomeação e exoneração, e ao servidor titular de cargo, emprego ou função amparado pelo RGPS, documento comprobatório do vínculo funcional e Declaração de Tempo de Contribuição na forma do formulário constante no Anexo XII,** para fins de concessão de benefícios ou para emissão de CTC pelo RGPS.

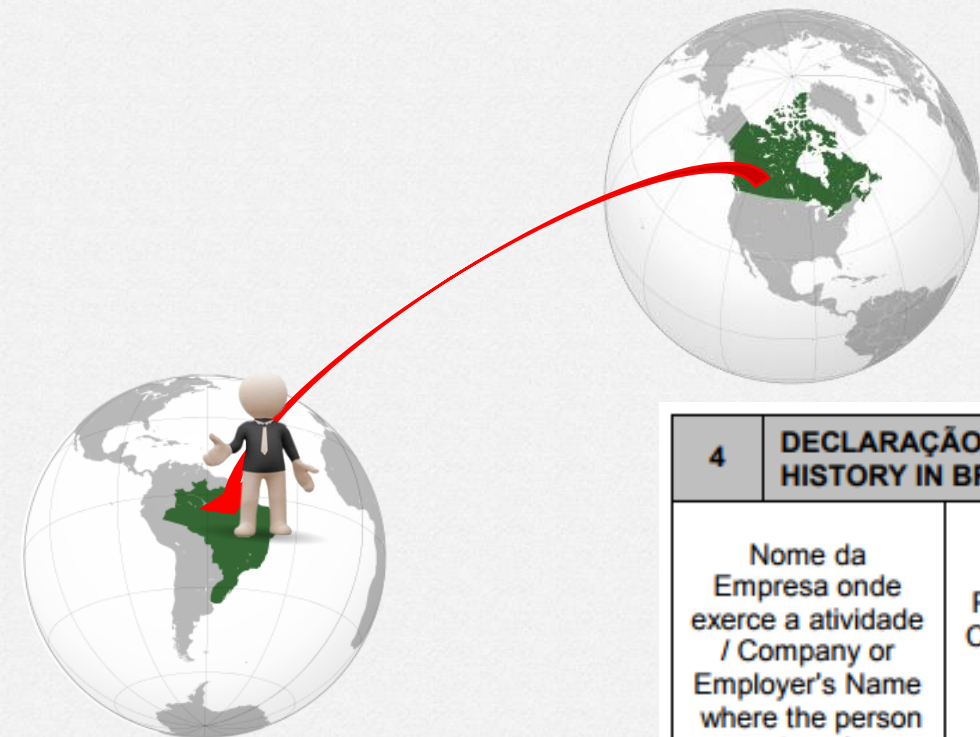
ANEXO XII		
(IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE EMITENTE)		
DECLARAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA FINS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO OU EMISSÃO DE CTC PELO INSS		
ÓRGÃO EXPEDIDOR:		CNPJ:
DADOS PESSOAIS		
NOME:		
RG:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	DATA DE EXPEDIÇÃO:
CPF:	TÍTULO DE ELEITOR:	PIS/PASEP:
DATA DE NASCIMENTO:	NOME DA MÃE:	
ENDEREÇO:		
DADOS FUNCIONAIS		
CARGO EM COMISSÃO EXERCIDO:		
Nº DA PORTARIA DE NOMEAÇÃO:	DATA DE PUBLICAÇÃO:	
DATA DA ENTRADA EM EXERCÍCIO:		
DATA DE ENCERRAMENTO / AFASTAMENTO:		
Nº DA PORTARIA DE EXONERAÇÃO/DEMISSÃO:	DATA DA PUBLICAÇÃO:	
RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES		VISTO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO DE PESSOAL
NOME/MATRÍCULA/CARGO:		NOME/MATRÍCULA/CARGO:
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR		ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR
LOCAL e DATA:		
OBSERVAÇÕES / OCORRÊNCIAS:		
ESTA DECLARAÇÃO NÃO CONTÉM EMENDAS NEM RASURAS		

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX



Art. 207. Os entes federativos emitirão, para apresentação ao INSS na condição de organismo de ligação, **Declaração de Tempo de Contribuição para Aplicação de Acordo Internacional relativa a segurado filiado ao seu RPPS**, conforme formulário constante no Anexo XIV, para o cumprimento de acordos internacionais de previdência social que contenham cláusula convencional que alcance a legislação dos RPPS, observado o disposto no art. 232.

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX



4	DECLARAÇÃO DE ATIVIDADES NO BRASIL, CANADÁ E OUTROS PAÍSES / INSURED PERSON'S WORK HISTORY IN BRAZIL, CANADA AND OTHER COUNTRIES.					
Nome da Empresa onde exerce a atividade / Company or Employer's Name where the person exerts or has exercised activity	Nº Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ / Corporate Taxpayer Registry-CNPJ	País / Country	Atividade e o regime de Previdência a que estava coberto / Activity and the Social Security Regime that was covered	Desde / From (dd/mm/aaaa) / (dd/mm/yyyy)	Até / To (dd/mm/aaaa) / (dd/mm/yyyy)	Observações / Observations
				__/__/__	__/__/__	
				__/__/__	__/__/__	
				__/__/__	__/__/__	

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX

Art. 205. Quanto aos períodos em que foi assegurado **o pagamento de benefícios de aposentadoria e/ou pensão por morte mediante convênios ou consórcios entre entes federativos** diversos, a emissão ou homologação da CTC caberá à unidade gestora do RPPS do ente federativo que seria diretamente responsável pela concessão do benefício de aposentadoria.

Art. 206. É de **responsabilidade do RPPS a emissão de CTC em relação a período exercido sob o Regime Especial** disciplinado pelo parágrafo único do art. 3º da Lei nº 3.807, de 1960.

Portaria MTP nº 1.467, de 2022 - Capítulo IX

Art. 210. Observado o disposto nos arts. 202 e 203, **continuam válidas, para fins de contagem recíproca e compensação financeira as certidões de tempo de serviço e de contribuição e relações de remunerações de contribuição emitidas:**

I - em data **anterior à publicação da Portaria MPS nº 154, de 2008**, pelos órgãos da Administração Pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações ou unidade gestoras dos RPPS, relativamente ao tempo de serviço e de contribuição para esses regimes;

II - **nos termos da Portaria MPS nº 154, de 2008**, durante sua vigência; e

III - **em data anterior à vigência desta Portaria**, quanto ao tempo de serviço militar.



Obrigado

Leonardo da Silva Motta

